

O Papel de Agentes do Governo e da Sociedade Civil no Desenvolvimento da Educação Empreendedora nas IES Brasileiras

Rose Mary Almeida Lopes
ANEGEPE | roselopesbr@gmail.com
ORCID: 0000-0003-2359-7519

Resumo: A história da Educação Empreendedora (EE) frequentemente omite o papel crucial de agentes não acadêmicos. **Objetivo:** Mostrar o papel exercido por agentes governamentais e da sociedade civil na introdução e disseminação da EE nas instituições de ensino superior (IES) brasileiras. **Metodologia:** Emprega-se a análise histórica comparativa (Ferragina, 2023), utilizando fontes secundárias e entrevistas com pioneiros brasileiros. **Principais resultados:** Os resultados indicam que o contexto cultural e político brasileiro, marcado por instabilidades e menor incentivo à autonomia individual (Santos, 2017; Rindova et al., 2009), inicialmente dificultou o avanço da EE. Contudo, iniciativas isoladas de professores nos anos 80, sobretudo as do Silvio Aparecido dos Santos e do Fernando Dolabela, impulsionaram a EE no Brasil. A disseminação massiva foi catalisada pela influência de entidades civis como FIA, Fumsoft, Sebrae, CNI e IEL. Destacam-se, partir de 1994, programas como o Softex (ligado ao CNPq) por meio de um manual para professores de TI e de Ciências de Computação, e o da Rede Universitária de EE - REUNE Brasil, através da metodologia de Treinamento de Treinadores (TTT), que alcançou inúmeras IES (mais de 200 departamentos), milhares de estudantes (mais de 4000) e centenas de professores (Softex, 2003, p.25). A trajetória da EE no Brasil revela um atraso significativo relativamente a alguns marcos históricos da EE nos EUA, onde o apoio governamental e da sociedade civil à EE foi consolidado décadas antes. **Conclusões:** Enfatiza-se a necessidade de reconhecer a diversidade de agentes que contribuíram para a EE e sugere-se que novas iniciativas das IES procurem envolver agentes da sociedade civil e governamentais.

Palavras-chave: educação empreendedora, instituição de ensino superior, agentes governamentais, sociedade civil, papel

Abstract: The history of Entrepreneurship Education (EE) often omits the crucial role of non-academic agents. **Objective:** Show the role played by government and civil society agents in the introduction and dissemination of EE in Brazilian higher education institutions (HEIs). **Methodology:** Comparative historical analysis is used (Ferragina, 2023), using secondary sources and interviews with Brazilian pioneers. **Main results:** The results indicate that the Brazilian cultural and political context, marked by instability and less incentive for individual autonomy (Santos, 2017; Rindova et al., 2009), initially hindered the advancement of EE. However, isolated initiatives by professors in the 1980s, particularly those of Silvio Aparecido dos Santos and Fernando Dolabela, boosted EE in Brazil. This widespread dissemination was catalyzed by the influence of civil society

organizations such as FIA, Fumsoft, Sebrae, CNI, and IEL. Notable programs, starting in 1994, include Softex (linked to the CNPq), which published a manual for IT and Computer Science professors, and the EE University Network (REUNE Brasil), which implemented the Training of Trainers (TTT) methodology, reaching numerous HEIs and thousands of professors. The trajectory of EE in Brazil reveals a significant delay compared to some historical milestones of EE in the US, where government and civil society support for EE was consolidated decades earlier. Conclusions: We emphasize the need to recognize the diversity of actors who contributed to EE, and we suggest that new HEI initiatives seek to involve civil society and government actors.

Keywords: entrepreneurial education, higher education institution, government agencies, civil society, role

INTRODUÇÃO

O empreendedorismo é comprovadamente uma força vital que provoca e sustenta a transformação social e econômica (Fayolle et al., 2016). Em virtude de sua comprovada capacidade de gerar impacto, na maioria dos países, essa percepção gerou grande entusiasmo e defesa para que o empreendedorismo fosse focado e estimulado pela educação. Este estímulo não se justifica apenas por seus impactos econômicos, mas também pelo desenvolvimento individual, autonomia e emancipação (Lackéus, 2015). Nas últimas cinco décadas, a Educação Empreendedora (EE) expandiu-se globalmente, com mais de 4.000 programas universitários (Kuratko, 2025), um contraste marcante com a escassez de tais programas anteriormente. Assim, o empreendedorismo ganhou importância e relevância para a sociedade e os alunos, sendo agora considerado com otimismo para a criação de mudanças positivas, bem como para a solução de grandes problemas sociais e econômicos.

Os Estados Unidos são pioneiros, com a Universidade de Harvard oferecendo um curso em 1947, mas a emergência da EE como força nas escolas de negócios ocorreu a partir da década de 1960 (Morris, Kuratko e Cornwall, 2015). Ou seja, há uma lacuna de tempo em que, usualmente não se informa o que teria ocorrido no desenvolvimento da EE.

A literatura sobre a história da EE frequentemente foca em universidades e professores, negligenciando o papel de órgãos políticos, governamentais e da sociedade civil (Katz, 2003). Wadhvani e Viebig (2021) e Kuratko & Morris (2018) situam a ascensão da EE nas décadas de 1970 e 1980, impulsionada pelo crescimento do interesse público pelo empreendedorismo no pós-Segunda Guerra Mundial, quando grandes empresas deixaram de ser as principais geradoras de emprego (Bauer, 1978; Wadhvani e Liebig, 2021). Desse modo cresceu a demanda social de fundações, estudantes e políticos, sendo que, inicialmente, essa educação era fornecida, nos EUA, por agências governamentais e associações, não por universidades. Resta saber, então, no Brasil, qual teria sido o papel e a influência exercidos, na trajetória história da EE, por agentes similares.

Este artigo visa preencher essa lacuna. Esclarece-se que esse trabalho é um recorte de um estudo mais amplo em que a autora examinou a história da EE em dois países - EUA

e Brasil. Então, o objetivo desse trabalho é de revelar o papel de órgãos políticos, agências federais/governamentais e organizações da sociedade civil na introdução, desenvolvimento e crescimento da EE nas instituições de ensino superior (IES) brasileiras. Pretende-se aprofundar a compreensão da história da EE no contexto brasileiro, para o que também abordar-se-ão, brevemente, sobre os fatores econômicos, sociais, culturais e políticos que influenciaram o surgimento e o crescimento da EE. A reflexão sobre o papel e a influência exercidos por tais agentes contribui pra ampliar a perspectiva sobre as possibilidades futuras da EE nas IES brasileiras.

Metodologicamente, a investigação utilizou a Análise Histórica Comparativa (AHC), método das ciências sociais que combina comparação e análise temporal (Ferragina, 2013, 2023). A AHC é valiosa para examinar eventos em uma perspectiva histórica, desenvolvendo explicações aplicáveis a diferentes épocas e lugares. No Brasil, pesquisadores enfrentam o desafio de compreender a singularidade das práticas organizacionais locais (Ferreira, 2010) e a AHC permite considerar essa especificidade.

O estudo baseou-se em fontes secundárias (artigos, livros, relatórios, sites) e em fontes primárias (entrevistas com dez pioneiros da EE no Brasil¹³, identificados via publicações e indicações de especialistas da área de EE - quadro 1 no final do artigo) e focou no papel de órgãos políticos, agências federais/governamentais e organizações da sociedade civil no desenvolvimento da EE, sobretudo a partir da década de 1950, até 2010.

O artigo está estruturado em cinco seções: na primeira sintetizam-se os conceitos de empreendedorismo e de EE situando como a EE é conceituada nesse trabalho; na segunda abordam-se brevemente os fatores econômicos, sociais, culturais e políticos que influenciaram o surgimento e o crescimento da EE em todo o mundo; na terceira enfoca-se a história da EE no Brasil; na quarta discute-se sobre a trajetória histórica da EE no país; e na quinta apresentam-se as considerações finais.

1. Sobre os conceitos de empreendedorismo e educação empreendedora

O empreendedorismo tem sido associado à identificação de oportunidades (Shane e Venkataraman, 2000; Eckhardt & Shane, 2003) e, mais amplamente, a um processo revolucionário e transformador em níveis social e institucional (Rindova, Barry e Ketchen, 2009). Devido à falta de consenso sobre o empreendedorismo tem-se diversas abordagens para a EE (Lopes & Lima, 2019)

Hytti e O’Gorman (2004) mostram que a EE tem objetivos variados, todavia duas perspectivas principais orientam a EE (Fayolle e Gailly, 2008; Lackéus, 2015):

1. **Estrita:** Foca na identificação de oportunidades, desenvolvimento de negócios, trabalho autônomo e criação de empresas; esta perspectiva é prevalente na América do Norte (Katz, 2003);

¹³ Projeto de pesquisa sobre os Pioneiros da EE no Brasil do Grupo de Excelência em Estratégia e Inovação - GEEI - do Conselho Regional de Administração de São Paulo - CRA-SP, do qual a autora fez parte.

2. **Ampla:** Foca no desenvolvimento do comportamento empreendedor - mentalidade, competências e habilidades (Jones, Matlay, Penaluna e Penaluna, 2014; Lackéus, 2015), e atitudes como autonomia, criatividade e iniciativa; essa perspectiva é mais frequente na Europa (Jones et al., 2014; Lackéus, 2015; Uemura, Lopes & Vasconcellos, 2024).

É por isso que todas as iniciativas de EE devem declarar sua concepção de empreendedorismo, permitindo que o design dos elementos educacionais seja consistente. E a escolha da metodologia pedagógica deve ser coerente com os objetivos pretendidos no curso ou programa de EE (Blenker et al., (2011).

A EE pode, ainda, ser classificada em três categorias (Hannon, 2005; Lackéus, 2015), alinhando-se com as abordagens indicadas pela Comissão Europeia (2012). As três categorias de EE resultam de diferentes ênfases em conhecimentos, habilidades e atitudes, que podem ser explicadas como:

1. **"Sobre" empreendedorismo:** enfatiza a aquisição de conhecimento, o que corresponde ao aprendizado sobre empreendedorismo;
2. **"Para" o empreendedorismo:** privilegia o desenvolvimento de habilidades empresariais, correspondendo a aprender a se tornar um empreendedor;
3. **"Por meio" do empreendedorismo:** com foco no desenvolvimento de atitudes, privilegia o desenvolvimento de atitudes, alinhando-se com aprender a ter um espírito empreendedor.

Considerando-se esse contexto, alinhamo-nos com a proposição de Erkkilä (2000) de entender que o termo educação empreendedora (EE) engloba duas perspectivas: a perspectiva de criação de *start-ups* e empreendimentos e a perspectiva empreendedora, referindo-se amplamente ao comportamento empreendedor, ao desenvolvimento pessoal, às atitudes, às competências e às habilidades (Lackéus, 2015).

2. Fatores econômicos, sociais, culturais e políticos que influenciaram o surgimento e o crescimento da EE em todo o mundo

Apesar de ser pouco mencionada, uma primeira manifestação da EE remonta a 1938, com o Professor Emérito Shigeru Fujii, da Universidade de Kobe, no Japão (McMullan e Long, 1987, p. 262), e depois, em 1947, com o professor Myles Mace na Universidade de Harvard (Katz, 2003), e em 1952, com Peter Drucker na Universidade de Nova York (Cooper, 2003). Historicamente, vários fatores da realidade cultural, socioeconômica e política criaram as condições para a intensificação do interesse pelo empreendedorismo e pelas pequenas empresas (Hägg e Kurczewska, 2022), resultando na institucionalização da EE nas décadas de 1970 e 1980; e, nos anos 1990, cresce o interesse de órgãos internacionais, como a União Europeia e OCDE. Esse interesse deriva da ligação entre prosperidade econômica e empreendedorismo (destacada por Schumpeter).

O crescimento exponencial do empreendedorismo e da EE globalmente foi influenciado por fatores destacados por Hägg e Kurczewska (2022): as crises do petróleo

(1973 e 1979) que evidenciaram a ineficiência de grandes empresas estatais; o enfraquecimento das economias ocidentais frente à concorrência asiática; a ascensão do neoliberalismo, que incentivou a liberdade de mercado e a transformação do homem econômico parceiro de troca pelo homem econômico que empreende a si próprio (Foucault, 2008). A mudança do governo de um estado de bem-estar social para uma visão liberal do estado fez com que os indivíduos se tornassem responsáveis por seu futuro, seus sucessos e fracassos (Amable, 2011); o bem-estar obtido por todos os indivíduos resulta em bem-estar coletivo.

Considera-se que o capitalismo é alimentado e movido pelos indivíduos que enfrentam os riscos e realizam ações - os empreendedores que iniciam os empreendimentos. Hägg e Kurczewska (2022) afirmam que a era do empreendedorismo foi criada pela transformação cultural e social, que trouxe novos valores pelos quais os indivíduos são responsáveis por seus próprios atos e liberdade, o estímulo e o reforço dos empreendimentos das pessoas, a ênfase no consumo e a racionalidade economicamente calculada. Esses valores ajudaram a realçar a figura do empreendedor e implicaram em mudanças no ambiente corporativo, e em alguns países os governos incentivaram escolas de administração a focar em carreiras empreendedoras, reconhecendo o empreendedor como agente central do progresso.

3. História da EE no Brasil

A história da EE no Brasil carece de registros sistemáticos, diferentemente dos EUA. Fontes secundárias e fontes primárias - entrevistas com pioneiros de EE no país (GEEI/CRA-SP; Lopes et al., 2024a; Lopes et al., 2024b) foram cruciais para este estudo. Também é importante situar brevemente o contexto histórico, político, social e cultural do país, a partir de meados do século XIX para poder-se aquilatar como esses fatores, no geral, foram desfavoráveis ao surgimento e progresso da EE, e valorizar-se mais as iniciativas e o progresso feito.

3.1 Fatores econômicos, sociais, culturais e políticos que influenciaram o surgimento e o crescimento da EE

Inicialmente, em comparação com os EUA, a evolução da legislação de extensão rural no Brasil também começou em meados do século XIX, com o governo federal iniciando ações, ainda que rudimentares, voltadas para a extensão agrícola. Em 1859 e 1860, quatro institutos agrícolas imperiais¹⁴ foram criados por decretos na Bahia, Pernambuco, Sergipe

¹⁴ O Brasil foi colônia de Portugal até 1808, quando a família imperial portuguesa, fugindo da pressão e da invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas, instalou-se no Rio de Janeiro, que se tornou a sede do império português. Após a Revolução Francesa, a pedido do Congresso de Viena (1814), a corte imperial optou por elevar o Brasil a Reino Unido de Portugal, o que permitiu que os portugueses permanecessem aqui e preservassem a posse de terras europeias. O Brasil se tornou independente de Portugal em 1822, com a proclamação feita por D. Pedro I. Ele permaneceu no país até 1831, quando, forçado por pressões políticas, abdicou do trono em favor de seu filho, o ainda bebê D. Pedro

e Rio de Janeiro, com a tarefa principal de pesquisa e educação agrícola, mas também de disseminar informações. Esses institutos estabeleceram as primeiras bases para os serviços de extensão rural (Peixoto, 2008).

No país, a estruturação institucional relacionada à Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) foi lenta, impactada pela abolição da escravatura e pela substituição da mão de obra escrava no final do século XIX (Pereira e Castro, 2021). Após a abolição em 1888, a modernização agrícola voltou a ser discutida, com a fundação da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) em 1897, que se tornou um importante agente na construção de políticas agrícolas e de educação no início do século XX (Pereira e Castro, 2021).

O ensino agrônomo e a ATER começaram a ser regulamentados pelo governo federal, com o Decreto nº 8.319, de 1910, que delineou a regulamentação do serviço de ATER em alguns capítulos. A estrutura e os princípios estabelecidos por meio do ensino e da extensão agrônoma incluíam pesquisa, educação, disseminação de informações e demonstrações práticas, estabelecendo um precedente para serviços de apoio organizados com o objetivo de melhorar as práticas e a produtividade. Os princípios de fornecer assistência técnica, demonstrações práticas, informações para aprimorar o conhecimento, ajudar os agricultores a implementar práticas aprimoradas e promover a inovação eram semelhantes aos que mais tarde foram fornecidos pelos serviços de apoio a pequenas empresas. No entanto, não há evidências de influência direta dessas iniciativas de extensão agrícola na criação de agências de apoio a pequenas empresas urbanas, ao contrário do que sucedeu nos EUA.

O contexto brasileiro na segunda metade do século XX, descrito por Alves e Alves (2024) e Bochini (2014), foi marcado por instabilidade política (golpe militar de 1964-1985), "anos de chumbo" com repressão e censura, e um "milagre econômico" (1968-1973) que terminou com a crise do petróleo de 1973. A concentração de renda (IBGE) e o trabalho familiar para a sobrevivência eram evidentes (Ometto et. al. 1995).

Fatores como a ditadura militar e a predominância da cultura judaico-cristã (Santos, 2017), que estimula a aceitação em vez da autonomia, minaram a liberdade individual e a emancipação (Rindova et al., 2009), dificultando o florescimento do empreendedorismo. Percebe-se que até o início da década de 1980, fatores políticos, sociais, culturais e econômicos trabalharam contra a liberdade individual, a autonomia e a emancipação. Os direitos individuais, a liberdade de expressão e o nível de confiança em outras pessoas foram gravemente atingidos e sufocados pelo governo militar. Os anos de milagre econômico (1968 a 1973) ofereceram muitos empregos, e as grandes empresas e projetos foram altamente valorizados. Portanto, nesse contexto, a ideia de empreendedorismo teria dificuldades para florescer.

II, e deixou o país. Em 1889, com a proclamação da República, o sistema de governo mudou para o presidencialismo.

A partir dos anos 1980, com a redemocratização e crises econômicas, a busca por alternativas de renda familiar criou um contexto mais propício ao surgimento de pequenos negócios e à escolha da jornada empreendedora.

3.2 Primeiras iniciativas de EE em Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil

Até os anos 1980, o tema do empreendedorismo era pouco conhecido no Brasil. O primeiro a introduzir o tema foi o professor Ronald Jean Degen, que ministrou, a partir de 1981, um curso que foi, depois, denominado Criação de Novos Negócios, para alunos de pós-graduação da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV/EAESP), uma das mais famosas escolas privadas de negócios no Brasil. O professor Álvaro Augusto Araújo Mello foi monitor do Professor Degen por mais de três anos. Em 1984 o Professor Álvaro criou a mesma disciplina na graduação.

Outro pioneiro de EE no Brasil foi o professor Silvio Aparecido dos Santos que, em 1983, finalizou seu Doutorado, o primeiro no campo do empreendedorismo, na Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA-USP). Na sequência, se envolveu com um projeto teve como objetivo estimular o conhecimento sobre empreendedorismo, criação de empresas e pesquisa entre líderes acadêmicos. O projeto contou com o apoio da Fundação Instituto de Administração (FIA), uma organização privada criada em 1980 por alguns professores que participavam das reuniões da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (conhecida pela sigla ANPAD). Esse projeto foi desenvolvido em parceria com a Confederação Nacional da Indústria (CNI)¹⁵, e o professor Santos visitou 21 estados onde a CNI estava presente. Em cada estado foram organizados encontros sobre criação e desenvolvimento de empresas. Destaca-se, então, que esse projeto foi criado e patrocinado por associações privadas, apesar de o professor Santos atuar na FEA-USP, paralelamente a essa atividade.

Como professor do curso de graduação em Administração da FEA-USP, o Professor Silvio introduziu, inicialmente, cursos sobre a criação e o desenvolvimento de novas empresas. E, em 1984, publicou o livro Guia do Criador de Empresas, patrocinado pela Câmara de Comércio Franco-Brasileira¹⁶ e distribuído pelo sistema Sebrae - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas¹⁷; e, em 1987, publicou o livro "Criação de Empresas de Alta Tecnologia, Capital de Risco e Bancos de Desenvolvimento", com apoio do Banco de Desenvolvimento do Estado de São Paulo (BADESP), destinado a pesquisadores e técnicos e que exerceu grande influência sobre os técnicos do Sebrae e do Serviço Nacional

¹⁵ A CNI é uma associação sindical patronal; é a principal representante da indústria brasileira na defesa e promoção de políticas públicas que favorecem o empreendedorismo e a produção industrial.

¹⁶ É uma Associação sem fins lucrativos ou econômicos que visa desenvolver e aproximar as relações comerciais, industriais, sociais e culturais entre França e Brasil.

¹⁷ O Sebrae é uma entidade privada, sem fins lucrativos, de direito privado e é classificado como um serviço social autônomo.

de Aprendizagem Industrial - Senai¹⁸. Ou seja, nessas publicações e disseminação da EE houve a importante participação de associação e entidades de direito privado, assim como de um banco estatal.

Outro professor, Fernando Dolabela, em 1992, introduziu a disciplina de Empreendedorismo na Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, no Departamento de Ciência da Computação do ICEx, através da Fumsoft¹⁹. Ministrou a disciplina por 5 semestres. No início dos anos 90, o programa Softex²⁰ foi criado pelo CNPq para fazer com que os alunos de Ciências da Computação se motivassem a criar e exportar softwares brasileiros. E, *"como tinha uma experiência na área de computação, fui contratado pelo CNPq para fazer um projeto de EE que pudesse ser transferido aos professores de empreendedorismo. Escrevi a origem do que seria o livro "Oficina do Empreendedor", que foi mandado pelo CNPq para todos os departamentos de informática, todos os cursos de informática do Brasil. Mas não funcionou"* (interview with Fernando Dolabela, 2022).

Influenciado, em 1993/94, pelo professor e pesquisador canadense Louis Jacques Fillion, que ministrou oficinas por iniciativa do Sebrae e do Grupo de Estudos da Pequena Empresa na Universidade Federal de Minas Gerais (GEPE), mais tarde, Dolabela desenvolveu uma metodologia de ensino e treinamento de professores (Lopes et al., 2024b), crucial para a expansão da EE.

Neste recorte da trajetória e projetos em que o professor Dolabela esteve envolvido, novamente percebe-se a importante participação de instituições civis de diversas naturezas - instituição sem fins lucrativos (Fumsoft), organização social civil de interesse público (Softex) e serviço social autônomo (Sebrae).

Além dessas iniciativas em termos de cursos, publicações e projetos mais amplos de disseminação da EE, acrescentamos que, no Brasil, o primeiro Centro de Empreendedorismo foi criado em 1991, na EAESP-FGV, pela professora Ofélia de Lanna Sette Torres, mas teve vida curta. Um novo centro, o Minerva, surgiu em 2002 na USP, por iniciativa de José Antônio Lerosa de Siqueira.

3.3. Criação de organizações ou programas governamentais e da sociedade civil brasileira para apoiar as pequenas empresas

¹⁸ O SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) é uma entidade privada de direito civil, com personalidade jurídica, criada pelo Decreto-Lei nº 4.048/42. O SENAI é organizado e dirigido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e tem atuação em todo o país.

¹⁹ A Fumsoft é uma instituição sem fins lucrativos, com sede em Belo Horizonte, MG e desde 1992, atuamos na indução do desenvolvimento da cadeia produtiva de Tecnologia da Informação (TI) em Minas Gerais

²⁰ Associação para Promoção da Excelência do Software Brasileiro - Softex - fundada em 1994, é uma Organização Social Civil de Interesse Público (OSCIP), que visa contribuir para a excelência do software brasileiro e a melhoria da competitividade da Indústria Brasileira; envolve Software e Serviços de TI (IBSS), bem como, a disponibilidade de recursos humanos qualificados, tanto em tecnologias como em negócios.

Conforme já mencionado, no início dos anos 1990, o programa Softex que visava motivar estudantes de Ciência da Computação a desenvolver *software* brasileiro, o professor Dolabela, contratado pelo CNPq, desenvolveu o treinamento "O empreendedor de tecnologia da informação" para mais de 200 departamentos de computação. Percebeu que *"faltava ... uma metodologia de disseminação, de multiplicação. Então, eu usei a técnica que não fui eu que inventei, é o "Train the Trainer", "Formação de Formadores". Pelo CNPq, eu reunia pessoas ... 40 pessoas, no "Seminário TTT - Formação de Formadores"* (interview with Fernando Dolabela, 2022). Percebendo essa necessidade Dolabela transformou seu material na "Oficina do Empreendedor" (1999). É necessário adicionar que o programa Softex disseminou a cultura do plano de negócios e criou 19 incubadoras (Softex, 2003). Por tudo isso, Dolabela considerou o programa Softex um marco para a EE no Brasil, sistematizando e disseminando a cultura empreendedora em universidades, especialmente em TI.

A partir de 1998, Dolabela coordenou o Programa Rede de Ensino Universitário de Empreendedorismo (Reune), parceria entre Sebrae, CNI e IEL. Essa metodologia TTT alcançou mais de 300 IES e 3.000 professores, com 1.071 atividades em 213 IES de 22 estados (IEL, 2009).

Sebrae: Destacamos agora o papel do Sebrae na EE brasileira. É uma entidade privada sem fins lucrativos, que capacita micro e pequenas empresas e estimula o empreendedorismo. Originado do Cebrae (1972, vinculado ao governo), tornou-se autônomo em 1990. Atua nacionalmente, oferecendo cursos, consultoria e defesa do segmento. A partir de 2000, o Sebrae incluiu os potenciais empreendedores como clientes.

Seu envolvimento com a EE floresceu especialmente a partir de 1993, quando começou a representar o treinamento do comportamento empreendedor - Empretec (coordenado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento - UNCTAD). Em 2013 o Sebrae lançou o Programa Nacional de Educação Empreendedora (PNEE) para todos os níveis de ensino (Sebrae, 2017), oferecendo editais para as IES. As atividades para o público universitário incluem a palestra "Empreendedorismo em Dois Tempos", o Desafio Universitário Empreendedor (competição digital) e um curso de empreendedorismo de 80 horas. Também oferece guias de boas práticas, mentoria e maratonas de negócios (IoT).

4. Discussão sobre a trajetória histórica da EE no Brasil

As trajetórias da EE nos EUA e no Brasil são influenciadas por fatores socioculturais e políticos distintos. Enquanto os EUA, com sua independência em 1776, abolição da escravidão em 1865, e uma democracia estável, promoveram o individualismo e o neoliberalismo (Rindova et al., 2009; McClelland, 1961), o Brasil, com independência em 1822, abolição da escravidão em 1888, alternância entre democracia e ditadura, e uma cultura mais afeita ao controle externo (Santos, 2017; Rotter, 1966), criou um ambiente menos favorável à autonomia individual e ao empreendedorismo. As crises globais, como

as do petróleo, tiveram impactos diferentes nos dois contextos políticos (Wadhani e Liebig, 2021).

Nos EUA, o serviço de extensão agrícola do século XIX serviu como protótipo para o apoio governamental e a criação posterior do Small Business Administration - SBA (Pittaway, 2021). No Brasil, iniciativas semelhantes na extensão rural não resultaram em agências diretas de apoio a pequenas empresas urbanas, embora possa-se hipotetizar que o SBA possa ter inspirado o Sebrae.

Publicações sobre pequenas empresas surgiram nos EUA em 1941, enquanto no Brasil as primeiras, de Silvio Aparecido dos Santos, datam de 1984. Os primeiros centros de empreendedorismo também surgiram décadas antes nos EUA (Harvard, 1948) do que no Brasil (EAESP-FGV, 1991).

Nos EUA, a SBA, criada em 1953 (pelo Congresso), publicou manuais (Hoad, 1951) e co-patrocinou cursos em universidades desde 1954 (principalmente a partir da criação do Small Business Institute - SBI, em 1972), impulsionando milhares de programas nos anos 1970 (Bauer, 1978). A colaboração entre SBA e organizações civis National Council for Small Business Management Development e International Council of Small Business (NCSBMD/ICSB) nos EUA foi decisiva. No Brasil, o Cebrae (antecessor do Sebrae) foi fundado em 1972 (pelo poder Executivo) e o patrocínio à EE em universidades só se intensificou a partir dos anos 2000. No Brasil, embora a ANPAD (1980) existisse, como uma associação fundada e composta por professores e pesquisadores no campo de administração, seu papel na EE foi limitado, principalmente quando comparamos com a influência exercida pela ICSB nos EUA.

No Brasil, a metodologia TTT, desenvolvida por Fernando Dolabela, a partir de meados dos anos 1990 (via Softex e Reune), foi fundamental para a disseminação massiva da EE. Isso contrasta com os EUA, onde manuais tiveram sucesso e a TTT não foi tão marcante. A influência de autores estrangeiros como Jeffry Timmons, Gifford Pinchot, III e Louis Jacques Filion nos pioneiros brasileiros também é notável, refletindo a assimetria de informações entre os EUA e Brasil.

A EE nos EUA tem uma história consolidada de apoio governamental e privado, com milhares de programas na década de 1970. No Brasil, o impulso veio, sobretudo, no final do século XX, com esforços de professores em importantes parcerias com organizações civis como FIA, CNI, IEL, Fumsoft, Softex e Sebrae. Esses agentes forneceram apoio financeiro, acesso a redes e contatos, inserção em projetos que permitiram a disseminação de importantes conceitos e da cultura da EE nas IES, alcançando a maioria dos estados brasileiros. Inicialmente focada em escolas de negócios, a EE brasileira expandiu-se para departamentos de TI nos anos 1990 e, posteriormente, para todas as áreas e cursos. Desse modo, apesar do início tardio relativamente à história da EE nos EUA, foi possível acelerar sua disseminação e diminuir a distância que separava o país relativamente à penetração e alcance da EE nas IES brasileiras.

5. Considerações Finais

A análise histórica da EE nos EUA e no Brasil destaca a influência decisiva de fatores econômicos, sociais, culturais e políticos. A cultura anglo-saxônica e a estabilidade democrática dos EUA criaram um ambiente fértil para o empreendedorismo. No Brasil, a complexa história política e cultural, com menor ênfase na autonomia individual, gerou uma trajetória mais desafiadora para a EE.

No Brasil, as primeiras iniciativas de EE foram isoladas, com a disseminação massiva ocorrendo mais tardiamente, impulsionada principalmente por organizações civis e programas como Softex e REUNE-Brasil, que lançaram mão do professor Dolabela como multiplicador e criador da metodologia TTT para treinar centenas de professores e milhares de alunos.

Conforme se mostrou ao longo do artigo, a disseminação da EE foi influenciada de forma importante por agências governamentais, associações profissionais e organizações da sociedade civil. Assim, as faculdades e universidades deveriam dividir os créditos pelo avanço da EE com estes outros atores e agentes, e aprender a envolvê-los continuamente em prol da melhoria do ecossistema empreendedor, promovendo uma colaboração mais integrada.

Apesar do início tardio e das adversidades, o Brasil tem feito esforços significativos na promoção da EE. Programas como o Softex e o Programa Reune-Brasil foram importantes para a criar e disseminar a cultura empreendedora pelo país, impactando inúmeras IES e fomentando uma nova geração de empreendedores e inovações. Contudo, o progresso do Brasil em EE ainda está atrás dos EUA, em parte devido à sua complexa história política e econômica e também devido ao seu papel de seguidor, sendo influenciado principalmente por autores, teorias, modelos e práticas desenvolvidas nos EUA, Canadá e alguns países europeus.

Apesar do início tardio, o Brasil tem avançado significativamente na promoção da EE, mas ainda mantém-se no papel de "seguidor" de modelos estrangeiros. O desafio para o futuro é que pesquisadores e instituições brasileiras proponham iniciativas de EE mais autônomas, considerando as particularidades locais, mas envolvendo a parceria dos agentes governamentais e da sociedade civil. As universidades e as agências de fomento devem reconhecer a importância da colaboração entre todos os agentes envolvidos no ecossistema empreendedor.

Este estudo, limitado pelos dados históricos, contribui para a compreensão da trajetória histórica da EE no Brasil. Entretanto, sugere-se para futuras investigações: ampliar a amostra de pioneiros brasileiros da EE (dados primários). Relativamente às fontes secundárias, seria interessante levantar dados sobre a iniciativa do Sebrae MG e da UFMG que trouxe professores canadenses de EE ao Brasil. Também poder-se-ia contatar diretamente as organizações ou profissionais que se envolveram com os programas Softex, Fumsoft, Programa Reune-Brasil e Sebrae para reunir documentos históricos e mais informações.

Reconhecimento

Ao GEEI do CRA-SP pela realização e disponibilização de entrevistas com os pioneiros citados neste trabalho (quadro 1 abaixo). Agradeço ao coordenador e vice-coordenador do Grupo, Jefferson Freitas A. de Oliveira e Jorge Elias Aoni, respectivamente; e ainda aos integrantes: Álvaro Augusto A. Mello, Aleksandro de Siqueira Silva, Germano Julio Badi, Júlia Valéria Telles, Fernanda Baracho Sakatauskas, Herbert Mascarenhas, Marcia Kitz, Elisabete Fernandes, e José Mauricio Dell’Osso. A autora desse artigo participou do trabalho de pesquisa junto com os membros do grupo nas atividades de discussão, formulação do questionário, seleção da amostra, análises e redação de dois trabalhos já submetidos e apresentados em conferências nacionais (citados nas referências).

Quadro 1 - Amostra - Pioneiros da Educação Empreendedora no Brasil

PIONEIRO(A)	PRIMEIRA INICIATIVA DE EE ANO - IES	Linha do tempo
Ronald Jean Degen	1979 - EAESP-FGV	1a. década
Álvaro Augusto Araújo Mello	1981 - EAESP-FGV	1a. década
Silvio Aparecido dos Santos	1984 - FEA-USP	1a. década
Fernando Celso Dolabela Chagas	1992 - UFMG	2a. década
Fábio Roberto Fowler	1992 - EFEI (UNIFEI)	2a. década
Édis Mafra Lapolli	1992 - UFSC	2a. década
Luiz Arnaldo Biagio	1994 - CEUNSP	2a. década
José Alberto Aranha	1994/5 - PUC-RJ	2a. década
Carlos Tasso Eira de Aquino	2000 - FUNCAMP (UNICAMP)	3a. década
Rose Mary Almeida Lopes	2002 - ESPM	3a. década

REFERÊNCIAS

- Alves, A. & Caio Alves, C. (2024). *60 anos do Golpe Militar de 1964: uma reflexão necessária sobre democracia e direitos*. <https://comunica.ufu.br/noticias/2024/03/60-anos-do-golpe-militar-de-1964-uma-reflexao-necessaria-sobre-democracia-e>
- Amable, B. (2011). Morals and politics in the ideology of neo-liberalism. *Socio-Economic Review*, 9(1), 3–30.
- Bauer, R. O. (1978). *Small Business goes to College*. College and University Courses in Small Business Management and Entrepreneurship. Washington: Small Business Administration.
- Blenker, P., Korsgaard, S., Neergaard, H., & Thrane, C. (2011). The questions we care about: paradigms and progression in entrepreneurship education. *Industry and Higher Education*, 25(6), 417–427. DOI: [10.5367/jhe.2011.0065](https://doi.org/10.5367/jhe.2011.0065)
- Bochini, B. (2014). *Milagre para uns, crescimento da economia foi retrocesso para maioria*. São Paulo: Agência Brasil. <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2014-03/milagre-para-uns-crescimento-da-economia-foi-retrocesso-para-maioria>
- Cooper, A.C. (2003). Entrepreneurship: The Past, the Present, the Future, in Acs, Z.J. & Audretsch, D.B. (eds.), *Handbook of Entrepreneurship Research*, Dordrecht: Kluwer.
- Dolabela, F. (1999). *Oficina do Empreendedor*. São Paulo: Cultura. 1999.
- Eckhardt, J. T., & Shane, S. A. (2003). Opportunities and entrepreneurship. *Journal of Management*, 29(3), 333–349. DOI: [10.1177/014920630302900304](https://doi.org/10.1177/014920630302900304)
- Erkkilä, K. (2000). *Entrepreneurial Education: Mapping the Debates in the United States, the United Kingdom and Finland*, Garland Publishing, Taylor & Francis Group, London.
- European Commission (2012). *Rethinking education: investing in skills for better socio-economic outcomes*. Strasbourg, France: European Commission. Disponível em: https://www.cedefop.europa.eu/files/com669_en.pdf
- Fayolle, A., & Gailly, B. (2008). From craft to science. *Journal of European Industrial Training*, 32(7), 569–593. DOI: [10.1108/03090590810899838](https://doi.org/10.1108/03090590810899838)
- Fayolle, A., Verzat, C. & Wapshott, R. (2016). In quest of legitimacy: the theoretical and methodological foundations of entrepreneurship education research. *International Small Business Journal*, 34(7), p. 895–904.
- Ferragina, E. (2013). The socio-economic determinants of social capital and the mediating effect of history: Making Democracy Work revisited. *International Journal of Comparative Sociology*, 54(1), 48–73.
- Ferragina, E. (2023). Comparative Historical Analysis. *LIEPP Methods Brief*, 23(05).
- Ferreira, F.V. (2010). Potencialidades da análise histórica nos estudos organizacionais brasileiros. *Rev. Adm. Empresas*, 50(1), 37–47.
- Foucault, M. (2008). *The birth of biopolitics: lectures at the Collège de France, 1978–1979*. London: Palgrave Macmillan.
- Hägg, G. & Kurczewska, A. (2022). *Entrepreneurship Education: Scholarly Progress and Future Challenges*. Routledge: New York and Oxon, UK.
- Hannon, P. D. (2005). Philosophies of enterprise and entrepreneurship education and challenges for higher education in the UK. *International Journal of Entrepreneurship and Innovation*, p.105–114. DOI: [10.5367/0000000053966876](https://doi.org/10.5367/0000000053966876)
- Hoad, W. M. (1951). *Outline and Source Material for Small Business Education*. Washington: U.S. Department of Commerce. <https://books.google.com.br/books?id=Wn9g221TLQwC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>
- Hytti, U., & O’Gorman, C. (2004). What Is “Enterprise Education”? An Analysis of the Objectives and Methods of Enterprise Education Programmes in Four European Countries. *Education and Training*, 46, 11–23. DOI: [10.1108/00400910410518188](https://doi.org/10.1108/00400910410518188)
- Instituto Euvaldo Lodi - IEL (2009). *Relatório de 40 anos de atividades*. Brasília: Instituto Euvaldo Lodi. https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/03/7d/037d01c1-9768-4530-90a1-1b075f91a8e6/20120706174316804933u.pdf
- Jones, C., Matlay, H., Penaluna, K. and Penaluna, A. (2014). Claiming the future of enterprise “education”. *Education + Training*, 56(8/9), p. 764–775
- Katz, J. A. (2003). The chronology and intellectual trajectory of American entrepreneurship education: 1876–1999. *Journal of Business Venturing*, 18(2), 283–300.
- Kuratko, D. and Covin, J.G. (2025). Fifty years of entrepreneurship: Recalling the past, examining the present, & foreshadowing the future. *Journal of Business Research*, v.186, 114980. DOI: [10.1016/j.jbusres.2024.114980](https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2024.114980)
- Kuratko, D. F., & Morris, M. H. (2018). Examining the future trajectory of entrepreneurship. *Journal of Small Business Management*, 56: 11–23.
- Lackéus, M. (2015). *Entrepreneurship in Education- What, Why, When, How*. OECD - Organisation for Economic Co-operation and Development. https://www.oecd.org/cfe/leed/BGP_Entrepreneurship-in-Education.pdf
- Lopes, R.M.A.L. & Lima, E.O. (2019). Current challenges and promising avenues for entrepreneurship research. *Revista de Administração de Empresas*. 59(4), p. 284–292. DOI: [10.1590/S0034-759020190406](https://doi.org/10.1590/S0034-759020190406)

- Lopes, R.M.A., Oliveira, J.F.A, Telles, J.V. & Mello, A.A.A. (2024a). *Iniciativas de educação empreendedora no ensino superior brasileiro na ótica de pioneiros*. Abstract in Anais of XIII EGEPE - Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas. Curitiba: ANEGEPE, 2024.
- Lopes, R.M.A., Oliveira, J.F.A, Telles J.V. & Mello, A.A.A. (2024b). Influências teóricas e pessoais, contribuições e inter-relações dos pioneiros da educação empreendedora no ensino superior brasileiro. In anais of XLVIII Encontro da ANPAD - EnANPAD 2024. <https://eventos.anpad.org.br/uploads/articles/131/approved/afd208b1d98bc70e0aedc93bb4371c14.pdf>
- McClelland, D. C. (1961). *The achieving society*. D Van Nostrand Company. <https://doi.org/10.1037/14359-000>
- McMullan, W., & Long, W. A. (1987). Entrepreneurship education in the nineties. *Journal of Business Venturing*, 2(3), 261– 275.
- Morris, M. H., Kuratko, D. F. and Cornwall, J. R. (2015). The evolution of entrepreneurship in universities. pp 3-19, in Morris, M. H., Kuratko, D. F. and Cornwall, J. R. (2015). *Entrepreneurship Programs and the Modern University*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing Ltd. ISBN: 978 1 78347 197 3
- Ometto, A.M., Furtuoso, M.C.O & Silva, M.V. (1995). Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população. *Rev. Saúde Pública* 29 (5). DOI: 10.1590/S0034-89101995000500011
- Peixoto, M. (2008). *Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação*. Consultoria Legislativa do Senado Federal. Brasília: Senado Federal. <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>
- Pereira, C. N. & Castro, C. N. (2021). *Assistência técnica na agricultura brasileira: uma análise sobre a origem da orientação técnica por meio do censo agropecuário de 2017*. Texto para discussão. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10893>
- Pittaway, L. (2021). *Entrepreneurship Education in Higher Education: A Review of the US Context*. Disponível em: SSRN: <https://ssrn.com/abstract=3942514> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3942514>
- Rindova, V., Barry, D., & Ketchen, D. J. (2009). Entrepreneurship as emancipation. *Academy of Management Review*, 34(3), 477-491. DOI: 10.5465/amr.2009.40632647
- Rotter, J.B. (1966). *Generalized expectancies for internal versus external control of reinforcement*. *Psychological Monographs: General and Applied*. 80(1): 1–28. DOI: 10.1037/h0092976
- Santos, J.C.O.. (2017). A formação da moral judaico-cristã: a herança ocidental e a dignidade humana. *Revista Unitas*, 5(1), 108-119.
- Sebrae (2013). *Conhecendo o Sebrae*. Curso, versão completa – 14 de março de 2013.
- Sebrae (2017). Manual de Gestão do Programa Nacional de Educação Empreendedora. <https://bis.sebrae.com.br/bis/download.zhtml?t=D&uid=73adf3f11d4bc270f430c7d995a7b423>
- Shane, S., & Venkataraman, S. (2000). The promise of entrepreneurship as a field of research. *Academy of Management Review*, 25(1), 217- 226. <https://www.jstor.org/stable/259271>
- Softex. *Relatório 2002/2003*. Sociedade para Promoção da Excelência do Software Brasileiro. Campinas: Softex. <https://www.softex.br/wp-content/uploads/2013/06/Relat%C3%B3rio-Anual-2003.pdf>
- Wadhvani, R.D. & Viebig, C. (2021). Social imaginaries of entrepreneurship education: The United States and Germany, 1800–2020. *Academy of Management Learning and Education*, 20(3). DOI: 10.5465/amle.2020.0195
- Uemura, M.R.B, Lopes, R.M.A, Vasconcellos, L. (2024). Entrepreneurial Education in high school in Brazil: ontological and educational approach. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, v.18. DOI: 10.12712/rpca.v18iEspecial.583